

AS RAÍZES MAIS PROFUNDAS DA CRISE NO MUNDO DESENVOLVIDO

O melhor entendimento da crise econômica na Europa e dos seus possíveis desdobramentos exige que se retorne a eventos ocorridos bem antes de 1989, ano de criação da moeda única na Zona do Euro. Estas raízes têm a ver com uma opção de natureza política adotada pelos governos da região envolvendo dois conceitos: “economia do bem estar” e “corporativismo”.

Economia do Bem Estar

O foco principal da moderna teoria econômica continua sendo a maximização de eficiência e do crescimento da renda global dos países, o chamado Produto Interno Bruto. Mas um dos seus ramos mais recentes passou a dar ênfase aos efeitos do crescimento da renda sobre o bem estar - a felicidade - das pessoas.

Alguns economistas começaram a pesquisar evidências de que, acima de um nível ainda relativamente baixo, o simples crescimento da renda não parece melhorar o bem estar humano. Richard Easterlin, economista e historiador americano, foi um dos pioneiros nesta área. E outros estudos posteriores vieram a confirmar suas observações.

Por exemplo, algumas pesquisas indicaram que na década de 1990 não era maior a probabilidade de que os americanos se declarassem mais felizes do que na década de 1940. E mesmo os japoneses, que viviam quase em condições de terceiro mundo na década de 1950, e registraram um enorme crescimento de renda e riqueza até a década de 1980, não proporcionavam uma evidência clara de terem se tornado mais felizes por isso.

De acordo com Easterlin, o motivo pelo qual, a partir de certo nível, não há evidências claras de que o crescimento da renda torna as pessoas mais felizes, é que elas se avaliam por sua posição relativa frente aos demais, e não pela sua posição absoluta. Assim sendo, quando todos melhoram individualmente ninguém se dá conta de uma diferença relevante.

Mais que isso, outras evidências têm sugerido que até mesmo o crescimento da renda relativa faz menos diferença para o bem estar do que se supunha.

Diante destas observações Paul Krugman observou, há alguns anos: “quem não deseja uma corrida de ratos na sociedade (todos lutando para progredir e a felicidade ficando no mesmo nível) deve sugerir alíquotas tributárias elevadas, benefícios generosos em termos de saúde e desemprego, férias remuneradas mais longas, limites à duração da jornada de trabalho, etc. Em outras palavras, transformar a América na França”.

Ou seja, se a partir de certo nível o crescimento do PIB não tem efeitos tão positivos sobre o bem estar, então seria preferível adotar medidas que, mesmo podendo ter algum efeito negativo sobre o crescimento, pudessem, por meio da ação do Estado, aumentar a segurança na vida das pessoas e prestar-lhe maiores e melhores serviços. Como disse o economista inglês William Beveridge, um dos formuladores dessa política, tratava-se de garantir “... segurança, do berço à sepultura”.

Mas Krugman ressaltou também que a taxa de desemprego na França (e na maioria dos países da Europa) tem sido muito maior que nos Estados Unidos. E concluiu que os Estados Unidos estavam nitidamente ganhando a corrida do progresso e da geração de empregos em relação à Europa Continental.

De qualquer maneira, estes foram os princípios da “economia do bem estar” que levaram a maioria dos governos da Europa, especialmente depois da segunda guerra mundial, a adotar cargas tributárias elevadas, impor uma legislação

trabalhista rígida (supostamente a favor dos interesses dos trabalhadores), assegurar reduções de carga de trabalho e planos públicos de saúde e previdência mais generosos.

Corporativismo

Em 2006 o economista laureado com o prêmio Nobel de Economia, Edmund Phelps, escreveu um livro intitulado “Understanding the Great Changes in the World, Capitalism and Society”. No livro este professor da Universidade de Colúmbia, nos Estados Unidos, argumenta que desde a década de 1920 alguns países da Europa Continental começaram a optar por um sistema econômico que ele chamou de “corporativismo”. Em que se distinguiria este sistema do capitalismo?

Para Phelps, uma marca fundamental do capitalismo é a competição e a abertura ao processo de “destruição criativa” descrito por Shumpeter. Ou seja, o sistema capitalista estimula a inovação, por meio da qual ocorrem o progresso tecnológico e o aumento da produtividade, os principais motores do crescimento sustentado. Não há apego a conquistas, ao status quo, que é permanente modificado ou destruído, para dar lugar a novas técnicas mais eficientes. Desde o final do século XIX a economia americana tem sido o melhor exemplo desse tipo de sistema.

Ainda de acordo com Phelps, “corporativismo” é um sistema constituído de grandes confederações de empregadores, enormes e poderosos sindicatos, grandes empresas financeiras e não financeiras e um enorme setor público que trata de mediar os interesses desses grandes grupos. Tudo tem que ser negociado, a partir de regras pouco flexíveis. E este foi o sistema escolhido pelos governos dos países da Europa Continental logo após o término da primeira guerra mundial.

De início estes países cresceram a taxas relativamente elevadas porque as diferenças deles em relação aos Estados Unidos eram muito grandes (em 1950 o PIB per cápita da Alemanha era menos da metade do americano), mas já tinham alcançado um desenvolvimento industrial relativamente avançado.

Dessa forma, nas décadas de 50 e 60 a produtividade e o emprego cresceram a taxas elevadas na Europa. Mas, a partir da década dos 70, ambos começaram a perder força. No início dos anos 90 as taxas de desemprego na França e na Itália já eram duas vezes maiores que nos Estados Unidos. E a partir de 1998 as diferenças de desempenho entre a economia americana e as do continente europeu se distanciaram ainda mais: a produtividade da mão de obra passou a se acelerar ainda mais na América do Norte, enquanto passava a cair na Europa Continental.

O aumento da produtividade nos EEUU resultou em grande parte de uma nova fase de inovação apoiada no desenvolvimento da informática e da internet. Enquanto isso, a Europa Continental não somente deixava de promover este avanço da inovação, como até mesmo se beneficiava relativamente pouco da “destruição criadora” que ocorria na América do Norte.

É verdade que os países nórdicos, especialmente Dinamarca, Finlândia, Noruega, Suécia e também Holanda tiveram sucesso em combinar a chamada política de bem estar social com razoáveis taxas de crescimento e estabilidade macroeconômica. Mas já a partir de 1982, países como Irlanda, Nova Zelândia, Finlândia, Bélgica, Canadá, Suíça e Holanda tiveram que dar início a um forte programa de austeridade fiscal. Apenas para dar um exemplo, entre 1992 e 2002 o governo do Canadá cortou quase 13% do PIB dos seus gastos primários.

“Economia do bem estar” e “corporativismo” não podem caminhar de mãos dadas por muito tempo. Pois, no médio e longo prazo, e ainda mais numa economia globalizada, não é possível assegurar altos níveis de bem estar e segurança proporcionados pelo Estado sem um setor privado poderoso, dinâmico e competitivo, indispensável para assegurar a geração de renda e riqueza que viabilizem este bem estar.

A Criação da Zona do Euro

Entre a criação da Zona do Euro, em 1999, e o surgimento da “crise recente nos EUA”, as economias já tradicionalmente mais frágeis e sem dinamismo, como Grécia, Portugal e Espanha, passaram a se endividar a taxas de juros muito baixas (se beneficiando da integração com economias mais fortes da Zona, como a Alemanha). E estas economias pouco competitivas perderam a capacidade de executar suas próprias políticas cambiais (o que significa que a única maneira de ganharem competitividade frente a outras mais fortes, como a Alemanha, passou a ser cortes de salários e de preços).

Quando surgiu a crise nos EUA os gastos públicos nestes países tiveram um crescimento ainda mais explosivo, em decorrência de políticas fiscais anti-cíclicas. Em determinado momento ficou claro que os investidores haviam repudiado inteiramente as condições de endividamento da Grécia. E o risco de contaminação da crise de credibilidade atingir outros países, como Irlanda, Portugal, Espanha, Itália, passou a assombrar os governantes.

Tornou-se claro, então, que as enormes diferenças no dinamismo, competitividade e saúde fiscal das economias da Zona do Euro, junto com a impossibilidade de utilizar políticas cambiais diferenciadas, havia se tornado um problema de grande magnitude e complexidade. Dessa forma, apesar dos duríssimos programas de austeridade que estão sendo adotados nos países mais atingidos pela crise, ainda existem mais dúvidas que certezas em relação ao futuro da Zona do Euro.

As Distorções no Capitalismo Americano

Vale lembrar que a manifestação mais evidente da atual crise das economias desenvolvidas não surgiu na Europa, e sim nos Estados Unidos. Mas as razões desta crise recente na América do Norte foram inteiramente diferentes daquelas que há décadas se desenhavam no continente europeu. Pois os Estados Unidos jamais aderiram aos princípios da chamada “economia do bem estar” ou ao “corporativismo”, conforme descrevemos anteriormente.

Ocorre que o maior dinamismo da economia americana em relação às dos países europeus, nas últimas décadas, não contribuiu em nada para melhorar a péssima distribuição de renda e riqueza nos Estados Unidos. E a crise recente foi consequência de uma combinação de erros gravíssimos na atividade do setor financeiro e também do governo, que não apenas se omitiu, mas de certa forma estimulou estas distorções. Como já indicavam Luigi Zingales e Raghuram G. Rajan num livro escrito em 2003, o capitalismo americano precisa ser salvo da ameaça dos capitalistas.

As economias dos países desenvolvidos ainda estão “atracadas no estaleiro” para reformas, e elas deverão ser complexas e demoradas.

Parece-nos que a transição na economia americana para o que foi chamado de “novo normal” poderia ser mais fácil que na Europa, onde a sobrevivência e a consolidação da importantíssima experiência da Zona do Euro continuarão sendo um enorme desafio, ao longo dos próximos anos.